



**Denise Pereira
(Organizadora)**

A Transversalidade da Prática do Profissional de História 2

Atena
Editora
Ano 2019

Denise Pereira
(Organizadora)

A Transversalidade da Prática do Profissional de História 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

T772 A transversalidade da prática do profissional de história 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A Transversalidade da Prática do Profissional de História; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-283-8

DOI 10.22533/at.ed.838192504

1. História – Estudo e ensino. 2. Prática de ensino. 3. Professores de história – Formação I. Pereira, Denise. II. Série.

CDD 907

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Ao longo das últimas décadas, o ensino de História vem se consolidando enquanto campo de pesquisa, principalmente a partir da década de 1980, e as linhas de pesquisa, mormente, estão ligadas às metodologias de ensino, ao livro didático ou, ainda, às políticas públicas de inserção desses temas no currículo escolar. Neste modo, falar de transversalidade na prática do profissional de História, é observar a ligação aproximada da escola da realidade vivida pelos alunos, ou seja, trazer as disciplinas, os professores, os conteúdos escolares e aproximá-los do mundo do estudante. Dessa maneira, os alunos teriam uma aprendizagem significativa e seriam vistos com sujeitos históricos.

Os temas transversais são abordados recorrentemente a partir da proposta do trabalho interdisciplinar. O fato recorrente nessas abordagens interdisciplinares é que cada disciplina/campo se preocupa com seu recorte específico sobre o tema, o que acaba fragmentando-o ainda mais.

A aplicação dos temas transversais acontece a partir da renovação nos métodos, conceitos e didáticas no campo da pesquisa em História. Neste e-book temos a compreensão da realidade e a afetiva participação do indivíduo a partir de dados e noções relativos ao seu cotidiano, ao seu universo, fazem com que a campo do historiador a passe a ser considerada como um espaço de conhecimento e reconhecimento, onde por intermédio das diversas outras áreas de pesquisa se concretize como construtor de sua própria história.

Aqui diversos pesquisados do campo da História, trabalharam com a proposta de temas transversais em várias áreas baseadas em eixos temáticos, tais como: cultura, religião, educação, arte, cinema, gênero, entre muitos outros.

Boa leitura.
Denise Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
LER PARA NÃO ESQUECER: DENÚNCIA E RESISTÊNCIA À DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA NO ROMANCE O PARDAL É UM PÁSSARO AZUL DE HELONEIDA STUDART	
Ioneide Maria Piffano Brion de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.8381925041	
CAPÍTULO 2	10
LER, ESCREVER E VOTAR: A REFORMA DO DIREITO ELEITORAL NO BRASIL IMPÉRIO (1860-1881)	
Kátia Sausen da Motta	
DOI 10.22533/at.ed.8381925042	
CAPÍTULO 3	22
LITERATURA DE CORDEL: UMA POSSIBILIDADE PARA ENSINAR HISTÓRIA A ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	
Luciana de Moraes Trombeta	
DOI 10.22533/at.ed.8381925043	
CAPÍTULO 4	31
MEDIÇÃO EM FOCO: ESTUDO DE CASO DA EXPOSIÇÃO PERMANENTE DO PALÁCIO TIRADENTES	
Priscila Lopes d'Avila Borges	
DOI 10.22533/at.ed.8381925044	
CAPÍTULO 5	38
MÍDIA IMIGRANTE E OBITUÁRIOS: UM ESTUDO SOBRE PRÁTICAS DE LAZER PRESENTES NO JORNAL UCRANIANO PRACIA	
Angélica Szeremeta	
Alfredo Cesar Antunes	
DOI 10.22533/at.ed.8381925045	
CAPÍTULO 6	52
"O DEFENSOR DOS DIREITOS DO POVO". CIDADANIA, DEMOCRACIA, LIBERALISMO E REPÚBLICA NO JORNAL "A LIBERDADE"	
Mariana Nunes de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.8381925046	
CAPÍTULO 7	67
O DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS DE 1755: ECONOMIA, TRABALHO E POLÍCIA NO REFORMISMO LUSO-BRASILEIRO	
Bianca Racca Musy	
DOI 10.22533/at.ed.8381925047	
CAPÍTULO 8	75
ENSINO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Rosimeire Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.8381925048	

CAPÍTULO 9	83
O ESPAÇO DO SAGRADO E O ESPAÇO DO TRABALHO NOS VITRAIS DA CATEDRAL DE CHARTRES (FRANÇA – SÉCULO XIII)	
Debora Santos Martins	
DOI 10.22533/at.ed.8381925049	
CAPÍTULO 10	97
O ESPECTADOR EMANCIPADO E O FIM PEDAGÓGICO DA ESTÉTICA/OBRA DE ARTE	
Michelle dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.83819250410	
CAPÍTULO 11	107
O MITO E A COMPOSIÇÃO VISUAL DOS ESPAÇOS	
Bruno Rodrigo Couto Lemos	
DOI 10.22533/at.ed.83819250411	
CAPÍTULO 12	117
O RENASCIMENTO CULTURAL MODERNO: ANÁLISES E REFLEXÕES A PARTIR DO LIVRO “O RENASCIMENTO” (NICOLAU SEVCENKO, 1988) - NOSSAS HERANÇAS E A CORRUPÇÃO NO BRASIL DE HOJE	
José Antonio de Andrade	
José Carlos Correia Cardoso Júnior	
Rafael Magalhães Costa	
DOI 10.22533/at.ed.83819250412	
CAPÍTULO 13	126
O SETOR AUTOMOTIVO NO GOVERNO JK: POLÍTICAS E EMPRESAS	
Fernando Marcus Nascimento Vianini	
DOI 10.22533/at.ed.83819250413	
CAPÍTULO 14	138
O TEATRO COMO FESTA: UMA INTRODUÇÃO À TEORIA TEATRAL DE GEORG FUCHS	
Beatriz Magno Alves de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.83819250414	
CAPÍTULO 15	147
O TOPÔNIMO PIRES DO RIO: A CONSTRUÇÃO DA VIA FÉRREA E O SURGIMENTO DE UMA CIDADE	
Cleber Cezar da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.83819250415	
CAPÍTULO 16	156
OS ASPECTOS DA URBANIZAÇÃO DE MURIAÉ-MG	
Arthur da Costa Orlando	
DOI 10.22533/at.ed.83819250416	
CAPÍTULO 17	167
POR UMA ARTE DO CULTIVO: AGRICULTURA COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE DE ÍNDIOS E COLONOS NO PARÁ DAS DÉCADAS DE 1840-1880	
Francivaldo Alves Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.83819250417	

CAPÍTULO 18	179
PROPRIEDADE, MOEDA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: ELEMENTOS DA “NOVA ORDEM MUNDIAL” PRESENTES NA OBRA HISTÓRIA UNIVERSAL DE H. G. WELLS (1918-1920)	
Pedro Nogueira da Gama	
DOI 10.22533/at.ed.83819250418	
CAPÍTULO 19	195
REDE CAIÇARA DE CULTURA	
Bruno Tavares Magalhães Macedo	
DOI 10.22533/at.ed.83819250419	
CAPÍTULO 20	204
SENSIBILIDADES DE GÊNERO: NARRATIVAS SOBRE A MORTE E OS MORTOS	
Cícero Joaquim dos Santos	
Rafael Gonçalves de Araújo	
Antônio Carlos Dias de Oliveira	
Teófilo Silva Primo Correia	
Zuleide Fernandes de Queiroz	
DOI 10.22533/at.ed.83819250420	
CAPÍTULO 21	211
UM PROCESSO CRIMINAL NOS JORNAIS NEUTROS DO SÉCULO XIX: O ATENTADO CONTRA DOM PEDRO II	
George Vidipó	
DOI 10.22533/at.ed.83819250421	
CAPÍTULO 22	223
UMA REGIÃO ESPORTIVA OS SUBÚRBIOS DO RIO DE JANEIRO NO INÍCIO DO SÉCULO XX	
Glauco José Costa Souza	
DOI 10.22533/at.ed.83819250422	
SOBRE A ORGANIZADORA	231

REDE CAIÇARA DE CULTURA

Bruno Tavares Magalhães Macedo

Rede Caiçara de Cultura

(PPGH/UFF)*

“**Rede Caiçara de Cultura**” foi aceito no Simpósio Temático “**ST 44. Indígenas camponeses e quilombolas: caminhos para os (des)encontros com novas e outras narrativas**”, coordenado por “**George Leonardo Seabra Coelho (Universidade federal do Tocantins)**”, que ocorreu no Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: História e Parcerias, de 23 a 27 de julho de 2018 na Universidade Federal Fluminense, Niterói - RJ

O presente trabalho de História Oral destaca a memória da luta travada pelas comunidades caiçaras nos territórios de mata atlântica compreendidas entre os estados do Rio de Janeiro e o Paraná. A organização destas comunidades está inserida na resistência política aos efeitos do plano estratégico do II PND para o litoral sudeste, da Baía da Ilha Grande - RJ ao Vale do Ribeira - SP, que previa a construção de três centrais nucleares. Uma no litoral entre Angra do Reis e Paraty, em Itaorna, e duas na região da Jureia, litoral sul de São Paulo. Junto com elas vinha o projeto

da expansão da BR 101 Sul, entre o Rio e a Baía de Paranaguá no Paraná. A estratégia era unir polos de tecnologia de ponta a um turismo de elite, em torno de cidades históricas decadentes do tempo da colônia. Paraty, Iguape, Cananeia, Guaraqueçaba, todas fundadas na tradição católica escravista da civilização portuguesa no Brasil. O processo de formação da Rede Caiçara de Cultura é fruto do encontro em parceria de um fluxo de agentes sociais ligados ao mundo científico, das artes e à organização política das localidades envolvidas na transformação acelerada de um território culturalmente constituído. Trabalho os vestígios de experiências heterogêneas de organização social, resistência popular, lutas políticas, manifestações pela cidadania em registros sonoros de canções sobre caiçaras. Proponho-me a descortinar limites na articulação entre projetos e contextos, através do desafio de analisar documentos produzidos por diversos agentes e instituições sociais envolvidas com práticas da experiência cotidiana representada através da música, dança e poesia sobre a Paraty contemporânea. O que procuro desenvolver em minha pesquisa é uma análise da formação da identidade caiçara em Paraty. Esta identidade se constrói como resistência cultural ao movimento de desapropriação e transformação

do espaço territorial comum. Minha pesquisa histórica traz novos subsídios para a análise da circulação de agentes do conhecimento (saberes) envolvidos no processo, através de documentos audiovisuais inéditos produzidos em minha parceria de dez anos com o Instituto Silo Cultural José Kleber.

*Caderno de Resumos do Encontro Internacional Pg. 443/444.

XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: História e Parcerias

ISBN: 978-85-65957-09-0

Universidade Federal Fluminense

Niterói, 23 a 27 de julho de 2018.

COMO SE DÁ ESSA ARTICULAÇÃO

Em 03 de abril de 2005 se dá a primeira reunião para a criação da Rede Caiçara de Cultura. Esta ocorre no Silo Cultural José Kleber¹, Paraty, RJ. Na Ata desta reunião ficaram delineados os princípios de uma ação coletiva para a realização de um “**Arrastão Cultural**”. O simbolismo da expressão pretendia uma imagem poética, claramente inspirada na obra do compositor de Paraty Luis Perequê. Os versos “remendando redes, reunindo malhas, pra cercar o peixe e fartar a casa” da canção Encanto Caiçara, gravada no LP homônimo de Perequê (1992), informam da prática cultural inspiradora da ação proposta. O mutirão para puxar a rede de arrasto nas praias do litoral durante a “safra” da tainha. Fundar a Rede de Cultura, baixo esta dimensão simbólica, significa potencializar o espírito tradicional do mutirão para reunir a cultura espalhada pelo território litorâneo coberto pela mata atlântica. O território caiçara.

A extensão deste território está referida no primeiro item da Ata da reunião, junto com uma intenção prática da Rede Caiçara de Cultura: “Estabelecer Centros de Cultura Caiçara / Centros de Referência nos municípios que abrangem as populações caiçaras (Segundo Diegues, o entendimento é que deve abranger de Angra dos Reis, RJ até o Paraná)”. Onze anos depois, o Prof. Dr. Antonio Carlos Sant’Ana Diegues (Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras NUPAUB/ USP) narra no IV encontro de Rede Caiçara de Cultura em Paraty como imaginou a ideia de território caiçara:

1 É objetivo do Instituto Silo Cultural José Kleber; promover, facilitar e viabilizar arte e cultura nos seus aspectos de resgate, preservação e renovação, em especial ao que se refere à cultura local; defender a diversidade cultural e o direito ao acesso aos meios de comunicação e divulgação para as expressões culturais minoritárias; promover a inclusão social através de artes e ofícios possibilitando a geração de renda para a população. É dado publicamente ao conhecimento o Silo Cultural José Kleber e seus criadores Luis Carlos Albino Veloso (Luis Perequê) e Vanda Maria Mota Pinto (Vanda Mota). Registrado no Serviço Notarial e Registral de Paraty, 02 de junho de 2004.

2 A IUCN é a União Internacional para Conservação da Natureza, fundada em 1948. Filiada à UNESCO.

Eu comecei a imaginar que é um território que, se a cultura é a mesma, se o modo de vida é o mesmo, se as opressões são as mesmas é um território caiçara. Ai nós fizemos no NUPAUB o primeiro mapinha, que às vezes usam por aí, de qual é a extensão do território caiçara. Isso foi desenhado em 1989. Tem um trabalhinho meu, que eu publiquei na IUCN³, saiu até numa versão inglesa, e era a importância do conhecimento tradicional caiçara. Eu tinha que colocar num mapa, no Brasil, que é pro gringo poder ler, e aí coloquei essa extensão que era do Paraná até Paraty. (Diegues, depoimento oral, Paraty, julho de 2016).

O que se pretendia, segundo a Ata da reunião de 2005, era a criação de um evento. Este evento seria uma “motivação cultural” para uma conexão em rede, que buscava congregar as diversas manifestações culturais caiçaras com as discussões sobre o problema da realidade socioambiental dessas comunidades, sua adaptação às regras impostas pelos parques de vida selvagem (Diegues, 2001). O objetivo era encontrar caminhos para transformar as comunidades em atores sociais com voz ativa nesse processo. A estratégia era utilizar as manifestações da cultura tradicional como lugar de mobilização política. Trabalhar uma aliança entre os saberes tradicionais, a ciência e a arte. Atraindo diversos agentes sociais livremente engajados para a ação de conscientemente criar espaços públicos de participação voltados para a discussão; como transformar a realidade socioambiental das comunidades caiçaras? Como propor uma mudança social através da manutenção de uma identidade cultural?

REDE CAIÇARA DE CULTURA – ONZE ANOS DEPOIS

O encontro Cultura e Território realizado em Paraty durante a FLIP, julho de 2016, foi organizado pela articulação da Rede Caiçara de Cultura. Os depoimentos orais registrados incluem os de alguns fundadores da Rede em 2005³. Em seu conjunto, eles propõem uma comunidade de oradores e ouvintes que participou de um processo de produção conjunta de uma rede de saberes, onde o conhecimento tradicional, a pesquisa científica e a criação artística dialogaram por mais de uma década na construção de uma memória coletiva. A memória da Rede Caiçara de Cultura. Em comum se percebe a luta pelo direito ao território tradicional, espaço social de reprodução e transformação histórica de suas práticas e representações sociais, ou seja, de sua cultura, seu jeito de viver. Nesse espaço social se desenvolveram novas formas de leitura do passado com o objetivo de construir melhores condições de vida no presente. Ronaldo do Campinho da Independência, território quilombola de Paraty, expôs assim sua visão da história dos quilombos como espaço comum de resistência:

Nos quilombos, ao longo do tempo do Brasil pré-republicano foi crescendo a presença de não negros que não eram da elite. Então o Brasil foi ocupado por

³ Luis Perequê, músico e poeta de Paraty. Ronaldo Santos do Campinho da Independência, músico do grupo de RAP Realidade Negra, integrante do CONAQ, membro do Fórum das comunidades tradicionais indígenas, caiçaras e quilombolas de Paraty, Ubatuba e Angra. Dauro Marcos do Prado; liderança nacional caiçara, de família tradicional de resistência da Jureia (Município de Iguape, SP). Antonio Carlos Diegues, coordenador científico do NUPAUB, Núcleo de Pesquisas de Áreas Úmidas do Brasil, da USP. Alexandre Pimentel, autor do livro *Museus Vivo do Fandango*, então superintendente de cultura e território da Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro.

um grupo cada vez maior de não negros, que não eram os donos do poder, que também eram aliados importantes da luta quilombola. Eles também eram abrigados nos quilombos. Então é importante entender que quilombos não eram formados só por negros, tinham não negros ali também. Ai, essa nossa relação é histórica. (Santos, depoimento oral, Paraty, 2016)

Guimarães (2007, p. 2) nos fala que a escrita da História não é mais uma mimese do que “realmente teria sido”. O texto escrito da história é hoje percebido como parte de um conjunto móvel de experiências humanas. “Seus signos, ao serem lidos evocam imagens a partir das quais o passado se torna matéria de conhecimento.” Entre os impasses recentes na escrita da História estão outras formas culturais de ler o passado, de se apropriar dele e construir narrativas em lugares de memória que produzem identidades presentes com múltiplos projetos de história. São tempos de “presentismo”. O poder do conjunto das evocações de uma cultura histórica produz narrativas que o autor explicita pelas palavras argutas de Jorge Coli como “os poderes da arte fabricando a História” (2007, p. 2).

Assim, como a fala de Ronaldo propôs uma história legitimadora da luta política das comunidades tradicionais, a fala do professor Diegues construiu para a comunidade de ouvintes uma visão antropológica do espaço caiçara. A noção de território foi contada como experiência vivida por Diegues, e passou a fazer parte da constituição da memória da Rede Caiçara de Cultura.

Eu me lembro da importância dos mapas. Por quê? Porque, só um adendo, eu tinha feito meu doutorado aqui, então eu conhecia relativamente bem essa parte norte de Ubatuba e sul fluminense. E tinha feito meu mestrado entre os pescadores de Iguape e Cananeia. Então eu já tinha um trânsito aqui por essa região. E, como todo antropólogo, o que eu percebi é o seguinte; o modo de vida era praticamente igual. A importância da roça era a mesma, a importância do mutirão era a mesma, a importância do trabalho familiar era a mesma. (Diegues, depoimento oral, Paraty, 2016).

A festa também é um dos pilares do encontro de fandango e cultura caiçara. Faz com que cada encontro seja lembrado. Cada memória transmitida faça parte da dinâmica dos novos encontros. A Rede Caiçara de Cultura aparece assim como uma trama invisível do encontro de saberes, pela relação entre as lideranças comunitárias, os cientistas e os artistas, que é celebrada pelo baile e a comida comunitária. Todos se afinam com a alteridade caiçara:

*Fandango é gozado, as músicas... Eu era um antropólogo ainda meio deficiente porque eu não me interessei muito pelas músicas, porque minha formação era marxista. Fortemente marxista. E marxista acha que a cultura musical é alguma coisa supérflua, o que eu só vim a aprender muito recentemente, que ela é fundamental na afirmação da identidade. Acho que são duas coisas importantes **na afirmação da identidade; é a música, de um lado, a cozinha, do outro, a culinária, né, e claro a organização.*** (Diegues, depoimento oral, Paraty, 2016).

4 Dever de memória é a expressão que Luciana Heymann (2006, p. 27) analisa como constitutiva de uma nova noção de direito à reparação, quando “toda evocação do passado, no espaço público, parece estar permeada por essa noção, presente no discurso de homens públicos, na fala de líderes comunitários, no debate acadêmico e nos textos jornalísticos.”

Então o ato de lembrar os feitos realizados é a condição de encontrar seu movimento de transformação, para entender seu lugar no presente. A escrita deste artigo faz parte do esforço geral das sociedades contemporâneas de lidar com seu “dever de memória”⁴. O debate sobre os direitos das comunidades caiçaras é resultado de uma aceleração na circulação entre as esferas de saber. Ela influi na própria definição de uma ordem social mais justa, que tem de lidar com um passado que teima em não passar. Estes agentes sociais transmutam essa teimosia “presentista” em ato de insubordinação.

E aí, eu também gostaria de pegar a ideia da insurgência quilombola. Eu nunca tinha pensado nisso como um fato importante pra esse movimento das comunidades tradicionais. E não quero nem trazer isso como um orgulho de ser quilombola, não é bem isso, mas é só uma reflexão mesmo política dessa linha do tempo; de quem somos nós nesse tabuleiro, né? Nós todos. (Santos, depoimento oral, Paraty, 2016. Grifo meu).

Essa dinâmica de construção da memória coletiva é parte constitutiva da própria demanda social em pauta no encontro. Ela se constrói no diálogo estabelecido dentro da comunidade de oradores e ouvintes. Ou seja, a demanda social se identifica com um passado “presentificado” em uma situação social simbólica que, ao mesmo tempo, procura explica-la e propõe sua transformação⁵.

Em Guimarães (2007) vemos também uma ação possível para o historiador contemporâneo. À historiografia, como área de investigação caberia, entre outras, a tarefa de se interrogar acerca dessas inúmeras formas de produção do passado e dos regimes correlatos de escrita que se instauram para significar esse conjunto pretérito de experiências. Sobre os regimes correlatos de escrita se põe uma questão de uso, ou de invenção; a busca de uma escrita que dialogue com essas diversas formas de produção de conhecimento do passado⁶. O caso do compositor de Paraty Luis Perequê é expressivo de um regime de escrita da história produzido para dialogar com as comunidades tradicionais. Através do uso do ponteio de viola, expressão arraigada nos encontros de cantoria do mundo rural brasileiro, Perequê compõe seus versos explicando a transformação que a Rio - Santos (1975) trouxe para o território caiçara.

Roceiro virou pedreiro
Trabalhando em construção
Fez as casa do estrangeiro
Grileiro de nosso chão

5 Aquilo que Zygmunt Bauman (2003, p 64) chama de “la política de la vida, más que el de las estructuras sociales y sistémicas; en otras palabras, las estrategias de vida posmodernas, más que la modalidad burocrática de gestión de los procesos sociales y la acción coordinadora, son los factores más influyentes entre los que dan forma a la situación moral de los hombres y mujeres posmodernos.”

6 Para Gilroy (2011, p. 176) isto ocorre na produção e escuta da música quando “Urna espécie de historicismo popular, que estimulou um fascínio especial pela história e o significado de sua recuperação por aqueles que têm sido expulsos dos dramas oficiais da civilização”.

Tropeiro patrão de burro
Hoje é burro de patrão
Tem no peito um sussurro
Quando vê um lote de burro
Passando de caminhão
Perequeaçü
1992

Neste sentido a música é também uma escrita da história⁷. Assim o compositor popular ganha na circulação de uma memória compartilhada o status do narrador gabaritado de que fala Portelli (2011). A forma musical permite a apropriação direta da experiência narrada. Cada membro da comunidade de ouvintes se apropria da narração. Diversas vezes constatei o fenômeno. Sentado ao lado do gravador, vi aproximar-se um pescador da localidade para perguntar; “Tem o poema gravado? Esta é a minha história”. É a história comum do poeta e do pescador. Do tropeiro e do cantor. E a história da identidade caiçara também se faz pela circulação dos registros orais. Por causa da demanda do pescador, o compositor grava seus poemas em CD (Luis Perequê ao vivo, 2012). Eles podem ser reproduzidos pelo próprio pescador para sua rede de sociabilidade. O que multiplica a circulação de uma nova escrita da história.

Outro aspecto que Guimarães (2007, p. 9) discute é a subjetividade “como critério de legitimação dos discursos sobre o passado”. Se hoje não há um projeto único e ideal de futuro⁸, aparece vivamente na ciência e na arte uma necessidade de corrigir erros passados que permanecem. O ativismo caiçara de tradição oral incorpora o testemunho subjetivo ao encontro com outros saberes. Contudo, a avaliação sobre os resultados de um discurso enunciado é construída em processo. A história muda o sentido das classificações. É o que se ouve no depoimento de Dauro do Prado, líder comunitário da Juréia, litoral sul de São Paulo.

Eu, assim, pelo menos não lembrava desse... Não sabia desse nome comunidades tradicionais, de caiçaras. Nós nos entendíamos por praianos, moradores da floresta, do mar. Mais ai veio esse nome, esse palavreado e a gente afirmou isso e acolheu

⁷“La música, como la identidad, es a la vez una interpretación y una historia” (Firth, 2003, p. 184).

⁸ Só restam projetos parciais como descreve Canclini (1997, P. 23): “Despojados de qualquer ilusão totalizadora ou messiânica, esses artistas mantêm uma tensa relação questionadora com sociedades, ou fragmentos delas, onde creem ver movimentos socioculturais vivos e utopias praticáveis”.

⁹ Dauro se refere a um dos criadores da Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo. Ver: COSTA, José Pedro de Oliveira. Esboço da história da criação da SMA. In: Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo: 25 anos. São Paulo: SMA, 2011, p. 27-27.

¹⁰ O projeto nuclear brasileiro previa a instalação de duas usinas nucleares na Juréia, e uma no litoral entre Angra dos Reis e Paraty. A BR-101 sul fazia parte desse projeto estratégico da Nuclebrás. Mas ela não chegou a se concretizar na Juréia. Fonte: Agência Estado, 17/11/2002 | 20h02. Acessado em 04/06/2018.

esse pessoal, né. Oi tinha muita gente. O Zé Pedro que chegou lá jovenzinho. Dizendo pra nós que ia ajudar. Criou um alojamento. Nós carregamos pedra nas costas pra construir um alojamento da SEMA⁹, na época, que era uma secretaria especial de meio ambiente. E depois eles... a gente acreditando que iam criar uma coisa que ia ajudar e que ia afastar a Nuclebrás¹⁰, que ia afastar a especulação. Apoiamos tudo isso e de repente vem a puxada do tapete. Ai de repente vem uma lei que proíbe todas as atividades que os caiçaras fazem. Que vivem do mar, da pesca, da agricultura, do extrativismo, vive da floresta. É como Ronaldo falou, vive a relação com a natureza. O caiçara com o território é uma questão de pertencimento. Ele pertence àquele lugar. Ele pertence àquele mangue, ele pertence àquela areia, ele pertence àquela floresta, ele pertence a todas as coisas que estão ali. E quando se tira isso do caiçara, ou da comunidade quilombola, ou da comunidade indígena, dos pescadores, dos extrativistas é tirar a vida deles. (Prado, depoimento oral, Paraty, 2016).

Dauro aponta o fato de que a identidade caiçara nasce de uma classificação apropriada da ação que mudou seu mundo comum. Sua afirmação política de resistência foi posterior à enunciação. Comunidades caiçaras era um termo do “palavreado dos ambientalistas” para designar a população de vida tradicional da Juréia. Transformou-se um sinônimo de resistência quando os “ambientalistas”, especialistas convocados pelo poder público, redefiniram a categoria de parque, normatizando as formas de manejo dos recursos naturais, que acabaram por inviabilizar a vida tradicional e expulsar os moradores antes classificados como comunidades caiçaras.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa não possui as mesmas premissas do projeto escriturário da História do século XIX¹¹. O que se procura trabalhar são as fontes onde se encontram presentes a diversidade e a alteridade no discurso, evidenciadas em memórias sociais que permanecem vivas e em disputa no espaço social. Descrevendo as batalhas de memória dos grupos sociais, com seus processos de identidade e de luta pelo reconhecimento da diversidade cultural como uma condição de sobrevivência.

Como projeto alternativo na história, a Rede Caiçara de Cultura propõe que o saber seja negociado em um regime constitucional democrático representativo. Ouvindo a manifestação do dissenso. Convocando à mediação política, através da participação de atores sociais heterogêneos, para a disputa pelo estado de direito democrático. Uma ruptura no estado de direito está sempre no horizonte de possibilidades da História. A repressão e o medo tendem a produzir novas zonas de “noite e neblina”¹². As mudanças na democracia brasileira 1988-2016 pedem um renovado esforço do

11 Para Márcia D’Alessio (2012 p. 91), “(...) o XX foi o século do seu desencantamento, porque o conhecimento histórico, ele próprio, tornou-se objeto de investigação do historiador, ou seja, a historiografia foi colocada no tempo, o que levou à desconstrução de interpretações únicas e verdades a-históricas. Nesse processo, experiências silenciadas aparecem, fontes novas são descobertas e outros suportes de memória alargam o conceito de patrimônio.”

12A expressão é uma referência ao cineasta Alain Resnais. Seu documentário, Noite e Neblina, realizado em 1955, é feito a partir de um convite do Comitê da História da Segunda Guerra Mundial, e tinha como objetivo comemorar o segundo aniversário da libertação dos campos de concentração.

campo da História Oral. Como pesquisador, procuro organizar as relações entre os conjuntos de documentos culturais produzidos e o processo político que os produziu.

O Silo Cultural de Paraty procurou registrar uma memória caiçara nascida num contexto histórico de aprendizado político. É uma história social complexa. Da qual participam identidades culturais em posições contraditórias. A imagem poética de Luis Perequê em Aves e Ervas, aponta quantas posições políticas diferentes pode assumir a identidade cultural na disputa social pelo *status quo*. O conflito pelo território urde até a figura de um “caiçara de farda”. O poema narra uma situação real ocorrida com o poeta na porta do condomínio de Laranjeiras, Paraty, 2007, quando da realização do II Festival de Inverno da Praia do Sono. O condomínio bloqueou a passagem de Perequê e sua família até o porto (praia) que fica no interior do condomínio particular. Essa história vivida é cotidiana para os habitantes da costeira de Paraty e ficou registrada em versos.

E assim começa outra história, porque é o fim da estrada.
Não tem matas, não tem aves, não tem ervas, não tem nada.
Tem uma cerca, um portão, um caiçara de farda e uma placa, escrito:

ATENÇÃO! É PROIBIDA A ENTRADA.

Perequê

2012

FONTES DOCUMENTAIS

INSTITUTO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. Certidão de registro do Fandango Caiçara. Assinada por Célia Corsino, Diretora do Departamento do Patrimônio Imaterial do Instituto Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, datada e assinada. Brasília, Distrito Federal, 6 de março de 2013.

INSTITUTO SILO CULTURAL. Ata de criação de Rede Caiçara de Cultura. Paraty, RJ. 03 de abril de 2005.

INSTITUTO SILO CULTURAL. Estatuto registrado no Único Serviço Notarial e Registral de Paraty. Livro número A-5, às fls. 19/21, sob o número de Ordem: 509. Paraty, 02 de junho de 2004.

INSTITUTO SILO CULTURAL. Registro sonoro de depoimentos. Debate Cultura e Território. Paraty, 02-07-2016. Com Luis Perequê (Paraty), Dauro do Prado (Juréia) e Ronaldo Santos (Campinho). Participação do professor Antonio Carlos Diegues do Núcleo de Pesquisa de Áreas Úmidas do Brasil, NUPAUB\USP.

CDs e disco de Luis Perequê:

Luis Perequê ao vivo. Independente, Gravado em Ubatuba, agosto de 2012.

Eu brasileiro. Independente, Gravado no Silo Cultural José Kleber em Paraty, outubro de 2006.

Encanto Caiçara. Luis Perequê. Via Cult. Rio de Janeiro, 1992. Um disco vinil (36’)

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. “*De peregrino a turista, o una breve história de la identidad*”. In: HALL, Stuart. GAY, Paul du. (compiladores). *Cuestiones de Identidad Cultural*. Buenos Aires. Amarrotu, 2003.
- CANCLINI, Néstor García. “*Das utopias ao mercado*”. In: *Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 1997.
- D’ALESSIO, Marcia. “*Metamorfoses do patrimônio: o papel do historiador*”. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 34, p. 79-89, 2012.
- DIEGUES, Antonio Carlos. *O Mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.
- FRITH, Simon. “*Música e identidade*”. In: HALL, Stuart. GAY, Paul du. (compiladores). *Cuestiones de Identidad Cultural*. Buenos Aires. Amarrotu, 2003.
- GILROY, Paul. *O Atlântico negro; modernidade e dupla consciência*. Rio de Janeiro: Editora 34, UCAM, 2011.
- GUIMARÃES, Manoel. “*O presente do passado: as artes de Clío em tempos de memória*”. In: ABREU, M., SOIHET, R. e GONTIJO, R. *Cultura Política e Leituras do Passado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Faperj, 2007.
- HALL, Stuart. “*Introducción: quien necesita de identidad?*”. In: HALL, Stuart. GAY, Paul du. (compiladores). *Cuestiones de Identidad Cultural*. Buenos Aires. Amarrotu, 2003.
- HEYMANN, Luciana. *O “devoir de mémoire” na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.
- PORTELLI, Alessandro. “*Entrevista com Alessandro Portelli*”. In: *Revista Historiar*. Universidade Estadual Vale do Acaraú. V.4, N. 4, jan/jun, 2011.
- VILHENA, Luís Rodolfo da Paixão. *Projeto e Missão. O movimento folclórico brasileiro, 1947-1964*. Rio de Janeiro, FGV/FUNARTE. 1997.

SOBRE A ORGANIZADORA

DENISE PEREIRA: Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-283-8

